

SITUAÇÃO PREOCUPANTE

Em meio a mortes e ao avanço da dengue, esgoto a céu aberto agrava riscos à saúde da população cuiabana

Em frente ao Edifício Maison Eldorado, a situação precária do bueiro expõe moradores e agrava o surto de dengue, chikungunya e zika em Mato Grosso - Pág. 8



HISTÓRIA



Mato Grosso celebra 277 anos como “exemplo de Brasil que dá certo”, afirma governador Mauro Mendes

Governador destaca investimentos recordes, liderança em produção agrícola e avanços em saúde, educação e infraestrutura - Pág. 7

ENVOLVIDOS EM DENÚNCIA

Eduardo Magalhães defende legalidade e isonomia em processos da Câmara

Vereador critica seletividade em pedido de investigação, rechaça perseguições políticas e afirma compromisso com transparência e lisura no trato dos processos legislativos Pág. 4



ECONOMIA EXTERNA SOB PRESSÃO

Brasil registra superávit comercial de US\$ 8,15 bilhões em abril, mas tarifas dos EUA acendem sinal de alerta

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 8,15 bilhões em abril deste ano, conforme informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Embora positivo, o número representa uma queda de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2024, quando o superávit foi de US\$ 8,43 bilhões. É o pior desempenho para meses de abril desde 2023, quando o resultado havia sido de US\$ 7,95 bilhões. O saldo é considerado superavitário quando as exportações superam as importações — o que ainda ocorreu em abril —, mas os números sinalizam uma desaceleração no ritmo de crescimento comercial. As exportações totalizaram US\$ 30,4 bilhões (alta de 10,3% na média por dia útil), enquanto as importações somaram US\$ 22,3 bilhões (alta de 11,8%). [Leia mais na página 7](#)



ESCÂNDALO BILIONÁRIO

Fraude no INSS revela operação gigantesca de lavagem de dinheiro e garante expor parlamentares envolvidos no esquema

Mais de R\$ 6 bilhões podem ter sido descontados ilegalmente de aposentados; investigação interna tenta apurar responsabilidades - Pág. 5





“

**A Chikungunya crônica não é um problema do futuro, é uma realidade agora. E ela nos deixa um recado claro: a prevenção da fase aguda é mais importante do que nunca**

”

# A febre passou, mas a dor do pós-Chikungunya ficou

Nos últimos meses, durante o período mais intenso de chuvas, nossa preocupação coletiva se voltou, mais uma vez, para a ameaça do *Aedes aegypti* e as doenças que ele transmite. Falamos muito sobre os perigos da fase aguda da Chikungunya – a febre alta, as dores excruciantes no corpo, o mal-estar súbito. Vimos casos graves, inclusive neurológicos, que nos alertaram para o potencial devastador desse vírus. Mas agora, enquanto os casos agudos podem diminuir com a mudança da estação, enfrentamos uma realidade talvez ainda mais desafiadora e silenciosa: o legado crônico da Chikungunya.

Em nossos consultórios médicos aqui em Cuiabá – e falo como ortopedista especialista em pé e tornozelo, mas sei que colegas de diversas áreas compartilham desta visão, estamos recebendo um número crescente de pacientes que, meses após terem tido Chikungunya, continuam a sofrer. A febre foi embora, mas a dor nas juntas (articulações) não. Rigidez ao acordar, inchaço que vai e vem, um cansaço persistente e, principalmente, dores que limitam atividades simples como caminhar, segurar um objeto, trabalhar ou cuidar da casa.

Essa é a fase crônica da doença, definida quando esses sintomas duram mais de três meses. Observamos um padrão comum: a dor parece "gostar" mais das pequenas juntas das mãos, punhos, tornozelos e pés, tornando o dia a dia um desafio. Estudos mostram que cerca de 30% a 50% das pessoas que tiveram Chikungunya continuam sentindo dores nas articulações por muito tempo, mesmo depois que a febre vai embora. Essas dores podem ser tão intensas que dificultam caminhar, trabalhar e realizar atividades simples do cotidiano.

E muitos pacientes relatam, intrigados, que a dor é pior justamente naquelas juntas onde já tiveram alguma lesão no passado, como uma antiga torção ou cirurgia. É como se a inflamação da Chikungunya encontrasse e "acendesse" um ponto fraco antigo.

Mas por que isso acontece? Durante a infecção, nosso corpo produz uma inflamação forte para combater o vírus. Em muitas pessoas essa inflamação se resolve após algumas semanas. Em outras, porém, por motivos que ainda estamos entendendo completamente, o "interruptor" da inflamação não desliga.

Uma substância inflamatória-chave nesse processo é a interleucina-6 (IL-6). Estudos mostram que pessoas com a forma crônica da Chikungunya frequentemente mantêm níveis altos dessa IL-6, o que ajuda a manter as juntas inflamadas e doloridas. E aqui entra um fator crucial: cada pessoa é única. A intensidade da resposta inflamatória e a produção de substâncias como a IL-6 variam enormemente.

Isso explica por que, após uma mesma epidemia, vemos vizinhos, amigos ou familiares evoluindo de formas tão diferentes: alguns se recuperam totalmente, enquanto outros enfrentam meses ou anos de sofrimento.

Diante da dor persistente, é natural buscar alívio. Mas, aqui reside um perigo: o uso de anti-inflamatórios (como ibuprofeno, diclofenaco, nimesulida, etc.) sem orientação médica. Esses remédios, se usados de forma errada ou por muito tempo, podem trazer sérios riscos aos rins, estômago e até causar sangramentos. Pior ainda é o uso de produtos ditos "milagrosos", sem registro ou comprovação científica, que podem ser ineficazes e perigosos. Nunca se automedique!

Para nós, médicos, o desafio também é grande. A dor crônica da Chikungunya pode se confundir com outras doenças reumáticas, exigindo investigação cuidadosa. Precisamos estar atentos para pensar na Chikungunya, mas também para não culpar o vírus por todos os problemas articulares que aparecem, garantindo o diagnóstico correto.

O aumento de pacientes crônicos sobrecarrega o sistema de saúde. A pergunta que não quer calar é: estamos preparados, em Cuiabá, para essa demanda crescente por tratamento da dor, fisioterapia e acompanhamento especializado? Será que apenas os reumatologistas darão conta? Ou precisamos de um esforço conjunto de clínicos, ortopedistas, fisiatras, fisioterapeutas e toda a rede de saúde?

A Chikungunya crônica não é um problema do futuro, é uma realidade agora. E ela nos deixa um recado claro: a prevenção da fase aguda é mais importante do que nunca. Combater o mosquito *Aedes aegypti* hoje, eliminando focos de água parada em nossas casas e quintais, é a forma mais eficaz de evitar meses ou anos de dor e incapacidade amanhã.

Precisamos, como sociedade cuiabana, encarar essa realidade. Exigir e praticar a prevenção de forma contínua. E, ao mesmo tempo, cobrar e construir um sistema de saúde mais preparado para acolher e tratar adequadamente aqueles que já sofrem com as sequelas. O próximo ciclo de chuvas virá. Os mosquitos estarão aqui. E nós estaremos mais fortes e preparados? A responsabilidade é de todos.

**Dr. Weslen Barros**

é médico ortopedista, especialista em tornozelo e pé e membro da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, em Mato Grosso - SBOT-MT\*

## EDITORIAL

# Maio Laranja – Um chamado urgente à proteção da infância



Maio é o mês em que o Brasil se veste de laranja para dar visibilidade a uma das mais graves violações de direitos humanos: o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. O chamado “Maio Laranja” não é apenas uma campanha de conscientização — é um grito coletivo por justiça, proteção e responsabilidade. É um convite à sociedade para que enfrente, com coragem e urgência, uma realidade muitas vezes silenciada pela vergonha, pelo medo ou pela omissão.

O dia 18 de maio, marco da luta contra o abuso sexual infantojuvenil, relembra o brutal assassinato da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo, de apenas 8 anos, em 1973. Mais de cinco décadas depois, a dor permanece viva, refletida nas estatísticas alarmantes: milhares de crianças continuam sendo vítimas, em sua maioria dentro dos próprios lares ou em ambientes onde deveriam estar seguras.

Não podemos nos permitir a normalização do inaceitável. O combate a esse tipo de violência exige ações coordenadas entre o poder público, escolas, instituições de proteção à infância e, principalmente, famílias. É necessário criar ambi-

entes onde crianças e adolescentes se sintam seguros para falar, para denunciar e, sobretudo, para serem ouvidos com respeito e seriedade.

Mas a prevenção vai além da denúncia. Implica educação sexual adequada nas escolas, formação contínua de profissionais da saúde e da educação, políticas públicas de proteção social e, primeiro, uma mudança cultural. A sociedade precisa abandonar o tabu em torno do tema e compreender que proteger a infância é uma responsabilidade de todos.

Denunciar é um ato de amor e de coragem. O Disque 100, canal nacional para registro de violações de direitos humanos, é uma ferramenta vital que deve ser amplamente divulgada. Mas é preciso mais: garantir que cada denúncia resulte em acolhimento à vítima, punição aos agressores e medidas que previnam a reincidência.

Neste Maio Laranja, que o simbolismo da cor acesa nos alerte para a urgência de iluminar o que ainda está escondido nas sombras. Nenhuma criança deve ser silenciada. Nenhum adolescente deve carregar o peso de uma violência que poderia — e deveria — ter sido evitada. Que este mês seja, de fato, um ponto de virada: menos silêncio, mais ação; menos negligência, mais proteção; menos estatísticas, mais infância.

## EXPEDIENTE

copopular.com.br

**DIRETOR**  
Maykon Milas

**DEPTO COMERCIAL**  
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

**FOTOS**  
Assessoria e divulgação

**EDITOR DE ARTE**  
Kleber Simioni

**PAUTA**  
redacaocopopular1@gmail.com  
admcopopular1@gmail.com



**CIRCULAÇÃO**  
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

**Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487**  
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

PINGA  
FOGO

## Homenagem

Foi apresentado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso um projeto de lei pelo deputado Wilson Santos (PSD) que propõe dar o nome do jornalista Edvaldo Ribeiro ao Complexo Viário do Leblon, atualmente em construção na capital pelo Governo do Estado. A homenagem busca eternizar a memória de um dos maiores ícones da comunicação mato-grossense, falecido em abril deste ano, vítima de câncer. Em sua justificativa, o parlamentar destacou que Edvaldo marcou gerações ao longo de mais de seis décadas de atuação no jornalismo, especialmente por sua firme presença no jornalismo policial, conquistando credibilidade e respeito do público. “Sua trajetória deixou uma marca profunda na televisão de Mato Grosso e é mais do que justo que seu legado seja lembrado em uma das principais obras da capital”, afirmou Wilson.

## De mudança partidária



O deputado estadual Ondanir Bortolini, o Nininho, anunciou sua filiação ao partido Republicanos, oficializando sua saída do PSD, legenda comandada em Mato Grosso pelo senador Carlos Fávaro. A decisão veio após o parlamentar avaliar convites de outras siglas, optando pelo Republicanos por considerar que os ideais do partido estão mais alinhados com suas convicções pessoais, especialmente em temas como valorização da família, desenvolvimento regional e eficiência na gestão pública. Em nota, Nininho afirmou estar iniciando uma nova fase em sua trajetória política e disse estar confiante de que, ao lado do novo partido, poderá intensificar sua atuação em prol dos municípios mato-grossenses. A data do ato oficial de filiação ainda não foi divulgada.

## Fim dos 'feriados'?



O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), anunciou nesta semana que vai determinar à Secretaria Municipal de Educação (SME) a retirada de todas as emendas de feriados do calendário escolar, medida que valerá durante os três anos restantes de seu primeiro mandato. Conhecido por seu posicionamento crítico aos chamados “feriados”, Brunini afirmou que não permitirá o que considera um “privilégio” aos servidores públicos, ressaltando a incoerência de suspender as aulas enquanto a maioria da população, especialmente na iniciativa privada, segue trabalhando. Em entrevista, o prefeito argumentou que o calendário escolar deve acompanhar o ritmo da economia e respeitar apenas os feriados oficialmente decretados, sejam nacionais ou municipais. “Se o trabalhador está trabalhando, a criança tem que estar na escola”, declarou, reforçando que a igualdade entre os setores público e privado deve ser uma diretriz da administração. A medida, segundo ele, visa manter a coerência no cotidiano das famílias cuiabanas e garantir que o serviço público reflita a realidade da maioria dos trabalhadores.

## Até senador virou vítima



Uma fala inusitada no Senado nesta semana arrancou risos dos parlamentares ao abordar a situação do senador Jayme Campos (União-MT), que teve descontos indevidos de R\$ 89 em sua aposentadoria. Durante a sessão, o senador Rogério Marinho (PL-RN) comentou sobre fraudes no sistema de descontos do INSS, chamando os responsáveis de “ladrões” e mencionando que até mesmo Campos havia sido atingido pelo esquema. “Faz 8 meses que estava sendo ‘tongado’ em R\$ 89. Estão tomando dinheiro até do senador da República”, disse Marinho, provocando risadas inclusive do próprio Jayme, que estava ao seu lado. As irregularidades estão sendo apuradas pela Polícia Federal por meio da Operação Sem Desconto, que investiga cobranças ilegais em contracheques de aposentados e pensionistas.

## Dificultando diálogo



O vice-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Júlio Campos (União Brasil), esclareceu que sua participação, junto ao irmão e senador Jayme Campos (União Brasil), no evento promovido pelo PSD-MT na semana passada, não teve qualquer conotação eleitoral ou articulação visando as eleições de 2026. Em entrevista à imprensa, Júlio afirmou que o encontro foi uma grande reunião política que reuniu lideranças de diversas siglas, como PP e MDB, e teve como foco principal a celebração da atuação do ministro Carlos Fávaro, presidente do PSD no estado. Segundo ele, a presença dos Campos no evento se deve à relação de respeito e amizade com Fávaro, e não a intenções eleitorais. Júlio também criticou a repercussão exagerada do episódio, apontando que, no Brasil, a polarização política tem dificultado o diálogo entre correntes ideológicas diferentes, fazendo com que encontros pluripartidários sejam vistos com desconfiança.

## Max Russi – Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

# Parlamentar rebate críticas e afirma que emendas parlamentares estão sendo distribuídas de forma correta, garantindo que o governo segue o cronograma estabelecido



A entrevista com o deputado estadual Max Russi, presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), aborda temas centrais do cenário político e administrativo do estado, com destaque para a ampliação do número de cadeiras na Casa, o impacto orçamentário da medida, a distribuição das emendas parlamentares e os desafios de representatividade diante do crescimento populacional de Mato Grosso. Durante a conversa, o parlamentar também esclarece críticas relacionadas às emendas de bancada e defende maior equilíbrio entre as decisões técnicas do governo e o papel fiscalizador e representativo do Legislativo. A entrevista oferece um panorama sobre as movimentações políticas em curso e as perspectivas para as eleições de 2026.

“A sociedade investiu em energia solar e não deveria ser cobrada indevidamente e com muito esforço conseguimos resolver essa situação”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

**Centro Oeste Popular — Deputado, em relação à votação no Congresso que prevê a criação de mais seis vagas na Assembleia Legislativa, como o senhor analisa essa possibilidade? O duodécimo atual é suficiente?**

**Max Russi —** Isso é uma conquista, resultado do crescimento do Estado de Mato Grosso nos últimos anos. Com o aumento da população, é natural que a representatividade também cresça. O duodécimo é suficiente, não teremos dificuldades orçamentárias. A criação de novas vagas não altera o repasse do duodécimo. O que realmente nos preocupa é a estrutura física: atualmente temos limitações de espaço na Assembleia. Por isso, estamos dando continuidade à construção de uma nova ala, iniciada na gestão do deputado Botelho, um projeto antigo que agora precisa avançar para que possamos acomodar esses novos parlamentares.

**Centro Oeste Popular — O senhor acredita que há necessidade de mais seis vagas na Assembleia?**

**Max Russi —** Necessidade propriamente dita, não. Mas trata-se de uma exigência legal. Quando há aumento no número de deputados federais, há uma proporcionalidade que deve ser seguida nas Assembleias Legislativas, até o limite de 36 deputados estaduais. A cada novo deputado federal acima de 12, é criada uma vaga na Assembleia. Portanto, estamos apenas cumprindo a legislação.

**Centro Oeste Popular — Embora não represente um peso econômico para o Estado, esse aumento de vagas gera impacto para o país. O se-**

**nhor acredita que seria prudente redimensionar a representação dos estados?**

**Max Russi —** Acredito que sim. Defendo que o número de deputados federais no Brasil seja mantido em 513, e que a redistribuição ocorra internamente, conforme o crescimento populacional. Mato Grosso, por exemplo, deveria ter direito a mais representantes, enquanto outros estados que não tiveram crescimento significativo poderiam ceder vagas. Nosso Estado é um dos que mais cresce, contribui significativamente para a balança comercial e o PIB do Brasil. É justo que tenhamos uma representação condizente com essa importância.

**Centro Oeste Popular — Com essas mudanças, haverá impacto na formação de chapas proporcionais. Como o senhor avalia esse cenário?**

**Max Russi —** Com certeza. Passar de oito para dez deputados federais e aumentar em 20% o número de cadeiras na Assembleia muda completamente a configuração política. Isso amplia as chances tanto para quem busca reeleição quanto para os novos candidatos. Haverá mais espaço e competitividade, o que exige uma reestruturação das estratégias partidárias.

**Centro Oeste Popular — Há críticas de que parlamentares estão enfrentando dificuldades para receber emendas do Governo do Estado. Isso prejudica a atuação da Assembleia?**

**Max Russi —** Honestamente, não vejo isso como um grande problema. Alguns deputados já receberam, outros ainda não, mas isso se deve ao calendário do

governo. O orçamento deste ano demorou a ser aberto, o que impactou o andamento de vários projetos e também das emendas. Acredito que, nos próximos 60 a 90 dias, teremos um avanço expressivo no pagamento das emendas. Lembrando que são impositivas e devem ser quitadas até dezembro. Caso o cronograma não seja cumprido, a Assembleia certamente vai cobrar o governo.

**Centro Oeste Popular — O secretário da Casa afirmou que as emendas de bancada, como estão sendo feitas, não seguem o modelo do Congresso, pois, acabam sendo individualizadas, o que não seria permitido. Como o senhor responde a isso?**

**Max Russi —** Esse é o entendimento dele, e devemos respeitá-lo, mas ele também precisa respeitar o nosso. De fato, concordo que a individualização de emendas de bancada está equivocada. As emendas individuais já existem para isso. As de bancada devem ser voltadas a projetos estruturantes e de interesse coletivo. Um exemplo é a destinação de R\$ 6 milhões para o Hospital Infantil de Cuiabá. Trata-se de uma unidade que atende pacientes de todo o estado, o que justifica plenamente a destinação coletiva dos recursos. Além disso, é importante lembrar que, enquanto a emenda de bancada no Congresso representa 1% do orçamento federal, em Mato Grosso ela equivale a apenas 0,2%. Defendo que esse percentual seja revisto para que chegue também a 1%, garantindo mais investimentos em projetos estratégicos. Aqui, as bancadas são regionais, não estaduais, o que reforça a necessidade de uma adequação desse modelo.

Acesse: [www.grupomilas.com.br](http://www.grupomilas.com.br)



ENVOLVIDOS EM DENÚNCIA

# Eduardo Magalhães defende legalidade e isonomia em processos da Câmara

**Vereador critica seletividade em pedido de investigação, rechaça perseguições políticas e afirma compromisso com transparência e lisura no trato dos processos legislativos**

■ | Lucas Leite | Da Redação

O vereador Eduardo Magalhães (Republicanos), da Câmara Municipal de Cuiabá, voltou a se pronunciar publicamente sobre um dos temas mais delicados em tramitação na Casa: o encaminhamento de pedidos de investigação contra parlamentares. Em entrevista à imprensa, ele defendeu a legalidade como norte para qualquer ação legislativa e questionou a seletividade de um pedido que, segundo ele, atinge apenas um dos envolvidos em uma denúncia amplamente divulgada pela mídia local.

“Então, o pedido dele não é encaminhado ao Conselho de Ética, o pedido dele é encaminhado à Câmara Municipal”, iniciou Magalhães ao comentar sobre o rito processual diferenciado adotado no caso. “Ele é lido em plenário, como vocês puderam perceber, e dali é encaminhado à Procuradoria da Câmara, que emite um parecer técnico sobre a documentação e o cumprimento das exigências regimentais”.

Segundo ele, uma vez aceito o pedido, o plenário delibera sobre sua admissibilidade. Caso aprovado, um sorteio define os três vereadores que irão compor a comissão processante responsável por acompanhar e julgar o caso. “Agora, o pedido já foi lido em plenário e está na Procuradoria para análise. Mas o que me chamou atenção é que esse pedido foi direcionado para uma comissão processante de forma bastante seletiva. Envolve duas figuras, mas apenas uma é mencionada”, questionou o vereador.

Magalhães criticou o que chamou de “viés seletivo” do pedido apresentado, sugerindo que poderia haver motivações políticas por trás da denúncia. “Acho um tanto estranho. Parece até uma vingança contra o vereador Chico 2000. Não posso afirmar nada, mas ficou esquisito. Se envolve dois, por que citar só um? Isso pode até interferir na deliberação”, ponderou.

Questionado sobre possíveis motivações pessoais por trás da denúncia, Magalhães evi-



Foto: Câmara de Cuiabá

**Magalhães afirmou que, por causa de erros processuais cometidos em outras legislaturas, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) poderia, à época, ter responsabilizado diretamente os vereadores que integravam a comissão**

tu alimentar especulação. “Não vou entrar no mérito. Não sei qual o problema pessoal que possa existir entre os envolvidos. O que posso dizer é que temos que agir com responsabilidade”, completou.

O parlamentar também abordou o papel da Comissão de Ética da Câmara e as prerrogativas legais que permitem a atuação de ofício — ou seja, sem a necessidade de provocação externa. De acordo com ele, tanto o presidente da comissão quanto os membros têm autonomia para instaurar procedimentos quando considerarem necessário.

“Sim, poderia acontecer isso sem problema nenhum. A comissão pode agir de ofício, o próprio procurador confirmou. Mas queremos tocar esse processo com total transparência, respeitando a legalidade, justamente para evitar os erros do passado”, explicou.

Ele relembrou episódios anteriores em que a condução precipitada de processos resultou em prejuízos à Câmara e à imagem dos parlamentares. “Já tivemos caso de ex-vereador que recebeu mais de R\$ 1 milhão em indenização porque o processo foi conduzido de forma irregular. Isso é o que quero evitar”.

Magalhães afirmou que, por causa de erros processuais cometidos em outras legislaturas, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) poderia,

à época, ter responsabilizado diretamente os vereadores que integravam a comissão. “Se o TCE tivesse entendido que os vereadores erraram, seriam eles que teriam que devolver mais de um milhão de reais aos cofres públicos, com correção. Estariam inelegíveis e respondendo judicialmente até hoje”, alertou.

“Por isso, é preciso fazer tudo com calma, responsabilidade e legalidade. Não é perseguição, não é espetáculo, é a seriedade que o cargo exige”, reforçou o vereador, sinalizando que o clima dentro da Câmara exige maturidade política, especialmente diante de denúncias que ganham repercussão na imprensa.

Sobre os relatos de que recursos teriam sido pagos a parlamentares para aprovação de determinado projeto legislativo, Eduardo Magalhães foi enfático ao declarar que votou contra tanto o regime de urgência quanto o projeto em si. “Naquele momento, pelas denúncias que envolviam a gestão passada, votei contra. Cada um tem seu CPF. Cada um responde por si”.

Ele reconheceu que outros vereadores votaram a favor da proposta por acreditarem em sua relevância para a cidade. “Era um projeto até então importante para Cuiabá. Mas, independentemente disso, cada parlamentar deve ser responsável por suas decisões. Na época

éramos 25 vereadores, hoje somos 27, e todos têm que prestar contas de suas ações”, disse.

Questionado se se sentia constrangido com o escrutínio público gerado pelas investigações, Magalhães negou. “De forma nenhuma. Quem não deve, não teme.”

Além das discussões sobre a comissão processante, Eduardo Magalhães também atualizou a imprensa sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Cabos e Fios, instaurada para investigar a proliferação de fios soltos e abandonados pela cidade.

“Ouvimos a empresa TIM. A próxima será a vez da Vivo e da Claro. E uma coisa já está clara: a empresa Energiza não tem feito a fiscalização devida”, afirmou. Segundo o parlamentar, a omissão tem gerado riscos iminentes à população cuiabana. “A situação é crítica. Esses cabos podem causar acidentes fatais. Já vimos casos em que um motoqueiro quase morreu enforcado. Isso é gravíssimo”.

De acordo com ele, o relatório final da CPI deverá apontar com clareza as responsabilidades. “Vai ficar comprovado que há negligência. E vamos cobrar providências, inclusive medidas judiciais, se for o caso”, garantiu.

Em diversos trechos da entrevista, Magalhães repetiu o compromisso de atuar com rigor, mas sem abrir mão da legalidade. Para ele, os erros cometidos no passado servem como alerta.

“Quando a denúncia for oficialmente encaminhada ao Conselho de Ética, vamos realizar reunião com a Procuradoria. O procurador da Casa já pediu habilitação no processo, quer ter acesso completo às informações, e isso é fundamental. Vamos trabalhar com documentos oficiais, não com matérias de jornais ou suposições”, afirmou.

A fala reforça a tentativa do vereador de se distanciar de qualquer ação que possa parecer açodada ou politicamente motivada. “Nós não queremos repetir os erros que geraram indenizações absurdas. Queremos zelar pelo erário, pelo respeito ao devido processo legal e pela imagem da Câmara Municipal”.

Embora o clima na Câmara seja de tensão, com acusações cruzadas e pressões internas, Eduardo Magalhães parece determinado a manter uma postura institucional. Ele afirma que não permitirá que disputas pessoais se sobreponham à responsabilidade pública.

“Não vou alimentar intrigas. O que defendo é a justiça, e justiça se faz com provas, com rito legal, com respeito à Constituição e aos regimentos. Tudo fora disso é perigoso”, concluiu.

A atuação de Magalhães nos bastidores e nas sessões tem reforçado seu perfil de moderador — alguém que tenta equilibrar as pressões políticas com a exigência legal. Se isso será suficiente para manter a estabilidade institucional na Câmara de Cuiabá, ainda não se sabe. Mas, ao menos por enquanto, ele segue como uma das vozes mais prudentes do Legislativo cuiabano.

## Júlio Campos defende diálogo e planejamento para liberação de emendas e elogia atuação de Carlos Fávaro: “Gostaria de ter mais cinco como ele em Brasília”

**Em meio a boatos e confusões entre os parlamentares, Julio Campos se esquia de opinar e afirma que são comuns as reuniões fechadas entre os colegas, a fim de discutirem assuntos partidários**

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Em meio ao aquecimento dos bastidores políticos em Mato Grosso, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmou que encontros entre lideranças partidárias são naturais e fazem parte do processo democrático. A declaração foi feita após sua participação em uma confraternização promovida pelo PSD, que contou com a presença do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e do senador Jaime Campos.

O evento gerou especulações sobre possíveis alianças para as eleições de 2026, mas Júlio minimizou os rumores, destacando que a reunião foi informal, entre aliados e filiados.

“Foi uma confraternização comum. Aliás, gostaria de ter cinco Carlos Fávaro em Brasília, trabalhando pelo Mato Grosso e pelo Brasil. O grande problema da política local é que alguns grupos radicais acreditam que políticos não devem dialogar. Achem que qualquer encontro já significa negociação escu-

sa. Mas democracia é diálogo. Nos Estados Unidos, na Europa, partidos conversam constantemente. E aqui não será diferente — vamos dialogar com todos: PSD, PT, MDB, PL, com todos os partidos”, afirmou, elogiando a atuação do ministro.

Apesar do tom descontraído do evento, o deputado reforçou a importância do diálogo com todas as legendas, especialmente com a aproximação do período pré-eleitoral, marcado para março do próximo ano. Para ele, é natural que ocorra movimentação partidária nesse período, como no caso do deputado Dilmar Dal Bosco, que estuda migrar para o PRD.

Júlio Campos também defendeu a criação de um cronograma fixo para o pagamento de emendas parlamentares. Segundo ele, o Estado possui recursos em caixa — estimados em R\$ 13 bilhões — e deve cumprir a Constituição, garantindo previsibilidade aos municípios. A proposta do deputado é que 50% das emendas sejam liberadas até julho e o restante até novembro.



Foto: Angelo Varela

**Júlio Campos também defendeu a criação de um cronograma fixo para o pagamento de emendas parlamentares**

“Cada deputado tem direito a R\$ 27 milhões por ano. Multiplicando por 24 parlamentares, dá pouco mais de R\$ 600 milhões, o que representa cerca de 1% da arrecadação total do estado, prevista em mais de R\$ 50 bilhões para este ano. Ou seja, há espaço fiscal para cumprir. E é necessário planejamento. Um exemplo: destinei R\$ 250 mil para reformar um posto de saúde em Curvelândia. Se não for liberado agora, não haverá tempo hábil para concluir a obra até o fim do ano. Isso prejudica diretamente a população, que também espera por praças, ginásios e outras melhorias. O ideal é pelo menos garantir metade desses repasses já no primeiro semestre”, explicou.

O parlamentar também criticou a proposta da Câmara dos Deputados que prevê o aumento do número de vagas parlamentares sem seguir o critério populacional determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para Júlio, a medida é inconstitucional e representaria um aumento desnecessário de gastos públicos.

Sobre a sucessão estadual, Júlio Campos reconheceu que partidos como MDB e União Brasil já estão se reestruturando com foco nas eleições de 2026. Ele afirmou que o senador Jaime Campos poderá disputar o governo ou tentar retornar ao Senado, e que o governador Mauro Mendes é um nome natural no cenário, embora ainda não haja definições oficiais.

## ESCÂNDALO BILIONÁRIO

# Fraude no INSS revela operação gigantesca de lavagem de dinheiro e garante expor parlamentares envolvidos no esquema

**Mais de R\$ 6 bilhões podem ter sido descontados ilegalmente de aposentados; investigação interna tenta apurar responsabilidades**

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Uma investigação interna do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apura o envolvimento de 12 entidades associativas em um esquema bilionário de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas. As portarias que formalizam a abertura do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) foram assinadas pelo corregedor-geral substituto do INSS, José Alberto de Medeiros Landim, e publicadas na edição do Diário Oficial da União da última segunda-feira (05). O prazo para a conclusão do processo é de até 180 dias.

Conforme as apurações da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU), sindicatos e entidades cobraram indevidamente cerca de R\$ 6,3 bilhões diretamente da folha de pagamento de beneficiários entre 2019 e 2024. Estima-se que aproximadamente 4,1 milhões de pessoas tenham sido afetadas. A prática consistia na aplicação de descontos mensais sob o pretexto de contribuições associativas, mesmo sem autorização formal dos segurados. As entidades utilizavam cadastros forjados e assinaturas falsas para registrar os descontos, violando os direitos do cidadão.

A operação que revelou o esquema foi batizada de “Sem Desconto” e desencadeou uma crise institucional no governo federal. O escândalo levou à demissão do então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e à exoneração do ministro da Previdência, Carlos Lupi, que deixou o cargo no dia 2 de maio. Em seus lugares, assumiram o procurador federal Gilberto Waller Júnior e o ex-deputado Wolney Queiroz, respectivamente. Waller já anunciou que está em andamento a elaboração de um plano emergencial de ressarcimento às vítimas, que deverá ser iniciado ainda em maio. O presidente da autarquia garantiu que o reembolso será feito de forma “rápida” e “sem burocracia”.



Foto: Reprodução

**A iniciativa do governo inclui ainda a criação de um canal específico para que os aposentados e pensionistas possam solicitar o ressarcimento diretamente, com apoio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Dataprev**

mento às vítimas, que deverá ser iniciado ainda em maio. O presidente da autarquia garantiu que o reembolso será feito de forma “rápida” e “sem burocracia”.

A iniciativa do governo inclui ainda a criação de um canal específico para que os aposentados e pensionistas possam solicitar o ressarcimento diretamente, com apoio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Dataprev. Enquanto o plano não é implementado, o governo federal determinou a suspensão imediata de todos os acordos do INSS com entidades que realizavam descontos mensais em contracheques de aposentados.

As entidades investigadas são: Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL); Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e Idosos

(ASBRAPI); Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA); Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP); Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP); Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas (CAAP); Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPS); Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB); AAPN Benefícios – AAPEN (ABSP); União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB); Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC); e Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – APDAP PREV (ACOLHER).

## FISCALIZAÇÃO

## “Queremos respeito”: Alex Rodrigues critica falta de informações sobre o BRT

**Parlamentar aponta falta de informações do governo sobre o BRT e diz que PV precisa se reorganizar para 2024**

■ Lucas Leite | Da Redação

Em entrevista concedida à imprensa, o **vereador Alex Rodrigues (PV)**, de Cuiabá, destacou seu papel como presidente da Comissão de Obras da Câmara Municipal e reforçou o compromisso de fiscalizar com rigor as obras do BRT (Bus Rapid Transit), uma das principais intervenções de mobilidade urbana em andamento na capital. Ele também abordou temas como sua permanência no Partido Verde, sua possível candidatura em 2026 e a atuação da Secretaria de Obras do município.

Alex relatou uma reunião recente com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Sérgio Ricardo, para tratar da fiscalização do BRT. O encontro foi motivado por insatisfação com a forma como a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA) vem conduzindo os diálogos sobre a obra. “A reunião com o secretário adjunto Isaac não trouxe esclarecimentos. Por isso, procuramos o presidente do TCE, que se comprometeu a nos incluir nas próximas fiscalizações”, disse.

Segundo o vereador, a Câmara Municipal tem sido desrespeitada na condução da obra. “Somos 27 vereadores, eleitos pelo povo, que andam pelos bairros e ouvem a população. Precisamos ser ouvidos”, cobrou. Ainda conforme Alex, as empresas Lotufo e Ecomind venceram a licitação de um trecho complexo da obra, e o TCE deverá compartilhar com os vereadores documentos com cronogramas e detalhamento técnico da intervenção.

Questionado sobre o envolvimento da Assembleia Legislativa do Estado na fiscalização do BRT, já que a obra é estadual, Alex reconheceu o papel dos deputados, mas reforçou que a cobrança mais direta vem da população cuiabana. “Quem está na ponta somos nós, vereadores. Somos nós que recebemos as demandas no dia a dia”.



Foto: Câmara de Cuiabá

O parlamentar também comentou os rumores sobre sua saída do Partido Verde. Ele afirmou que, apesar de divergências e debates internos, não há intenção de deixar a sigla por enquanto. “Tenho uma boa relação com o Stopa, nosso presidente. A federação com o PT nos ajudou a eleger três vereadores. Vamos avaliar com o tempo os próximos passos”.

Sobre o futuro político, Alex não descartou disputar um cargo maior em 2026. “Fui o terceiro mais votado de Cuiabá, o mais votado entre os homens. Meu grupo político tem pressionado por uma pré-campanha. Se for viável, posso seguir esse caminho”.

O vereador também falou sobre a gestão atual da Secretaria de Obras, elogiando o secretário Reginaldo, escolhido pelo prefeito Abílio. “É cedo para comparar com a gestão do Stopa, mas acredito que Reginaldo fará um bom trabalho. Já temos cerca de 15 equipes de tapa-buracos nas ruas e o recapeamento também está no planejamento”.

Por fim, Alex reafirmou seu compromisso com Cuiabá. “Meu foco hoje é honrar os votos que recebi e representar a população com responsabilidade. Fiscalizar, cobrar e trabalhar por uma cidade melhor”.

## DIREITO DO POVO

## Dr. João propõe audiência pública para discutir futuro da Santa Casa e descarta fechamento: “É preciso diálogo e transparência”

**Assembleia vai discutir situação da Santa Casa na próxima terça-feira; incerteza persiste para mais de 400 pacientes oncológicos**

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Diante da indefinição sobre o futuro do Hospital Estadual Santa Casa, o deputado estadual Dr. João (MDB) defendeu a realização de uma audiência pública para discutir, de forma transparente e participativa, os rumos da instituição centenária. Segundo o parlamentar, uma assembleia marcada para a próxima terça-feira deve reunir propostas a serem apresentadas ao governador Mauro Mendes e ao prefeito de Cuiabá, Abílio Júnior (PL).

A discussão ganhou força após o anúncio da inauguração do novo Hospital Central de Cuiabá, que será administrado pelo Hospital Albert Einstein. A decisão do governo estadual tem gerado controvérsia e resistência entre parlamentares e parte da população, que consideram a Santa Casa essencial para o atendimento em saúde no estado, especialmente no cuidado intensivo de crianças.

A Santa Casa de Cuiabá presta uma ampla gama de serviços, desde atendimentos de média a alta complexidade, em especialidades como cardiologia, cirurgia geral e pediátrica, clínica médica, fisioterapia, fonoaudiologia e hemoterapia. A unidade é referência em pediatria, oferecendo pronto-atendimento, ambulatório e internação, sendo considerada um dos pilares da rede pública de saúde de Mato Grosso.

Atualmente, mais de 400 pacientes em tratamento oncológico, com sessões de quimioterapia e radioterapia, dependem da estrutura da Santa Casa. A instituição, no entanto, enfrenta uma crise de sustentabilidade financeira, com custos mensais superiores a R\$ 500 mil. Diante do cenário, o Ministério Público sugeriu a realocação dos serviços para outra estrutura, como o antigo Pronto-Socorro Municipal, proposta que também divide opiniões entre parlamentares e profissionais da saúde.

Para Dr. João, o foco deve ser a garantia da continuidade do atendimento. “Essa é uma conversa que precisa ser feita com muito cuidado e responsabilidade”, destacou o deputa-



Foto: ALMT

do. Ele reforçou que o fechamento da unidade não pode ocorrer de forma abrupta, já que não há, até o momento, uma alternativa viável para acolher todos os pacientes em tratamento.

Outros parlamentares também se manifestaram contrários à desativação da Santa Casa. O deputado estadual e médico Lúdio Cabral (PT) destacou que a instituição oferece serviços não contemplados pelo Hospital Central e é fundamental para o tratamento de centenas de crianças. Segundo ele, é necessário ampliar a rede pública de saúde, e não apenas redistribuir os serviços existentes.

Em contrapartida, o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, afirmou durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) que todos os serviços hoje oferecidos pela Santa Casa serão transferidos para o Hospital Central assim que este estiver em pleno funcionamento.

Enquanto alguns sugerem alternativas como a construção de um anexo hospitalar ou a reforma de estruturas já existentes, como o antigo pronto-socorro, Dr. João reforça a urgência em manter os atendimentos da Santa Casa até que uma solução definitiva e segura seja implementada. “A prioridade deve ser a vida e a dignidade dos pacientes que dependem desse serviço”, concluiu.



65 9.9641-0281  
giu.megapop@gmail.com



Ser mãe é um presente de Deus. Vó Nina

# Coluna especial Mães poderosas



PRIMEIRA DAMA DO ESTADO VIRGINIA MENDES



MEGA EMPRESÁRIA IDÉ GUIMARÃES



EMPRESÁRIA DE SUCESSO ZILDA ZOMPERO



EMPRESÁRIA CONCEITUADA DE NOSSO ESTADO DENISE GOMES



VEREADORA MAYSA LEÃO



DEPUTADA ESTADUAL JANAINA RIVA



SILVIANE RAMOS



EM HOMENAGEM MARIA JOSÉ MATOS QUE  
FOI MÃE DE SANTO DO CENTRO ESPÍRITA  
PAI JEREMIAS POR MAIS DE 50 ANOS

FAÇA UMA DOAÇÃO  
APOIE, PARTICIPE E COLABORE!



E-mail: [cuiaba@apaemt.org.br](mailto:cuiaba@apaemt.org.br)  
CNPJ: 03.488.590/0001-31

Há 57 anos, a APAE de Cuiabá atende alunos que  
necessitam de cuidados especiais, amor e carinho.

INFORMAÇÕES 65 3322-8853



## ECONOMIA EXTERNA SOB PRESSÃO

# Brasil registra superávit comercial de US\$ 8,15 bilhões em abril, mas tarifas dos EUA acendem sinal de alerta

**Apesar do saldo positivo, balança comercial brasileira registra pior resultado para o mês desde 2023; exportações para os Estados Unidos cresceram 21,9%, mesmo com aumento de tarifas promovido por Trump**

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 8,15 bilhões em abril deste ano, conforme informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Embora positivo, o número representa uma queda de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2024, quando o superávit foi de US\$ 8,43 bilhões. É o pior desempenho para meses de abril desde 2023, quando o resultado havia sido de US\$ 7,95 bilhões.

O saldo é considerado superavitário quando as exportações superam as importações — o que ainda ocorreu em abril —, mas os números sinalizam uma desaceleração no ritmo de crescimento comercial. As exportações totalizaram US\$ 30,4 bilhões (alta de 10,3% na média por dia útil), enquanto as importações somaram US\$ 22,3 bilhões (alta de 11,8%).

Esse desempenho ocorre em um cenário de tensão no comércio internacional, marcado pela adoção de novas tarifas de importação pelos Estados Unidos. O chamado “tarifaço” do presidente Donald Trump, que impôs sobretaxas de até 145% sobre produtos chineses e elevou tributos sobre exportações de diversos países, também afetou o Brasil — embora de forma mais branda. Produtos brasileiros tiveram tarifa de 10%, a mesma aplicada ao Reino Unido e menor que as aplicadas à União Europeia (20%) e à China (34%).

Ainda assim, as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram 21,9% em abril, atingindo US\$ 3,57 bilhões. No mesmo período do ano passado, o valor havia sido de US\$ 2,93 bilhões. Especialistas em relações internacionais consultados pela GloboNews avaliaram que o Brasil obteve “certa vantagem” no processo, escapando das sanções mais severas e mantendo competitividade em setores estratégicos.

Entre os destaques das exportações brasileiras no mês de abril estão a soja (US\$ 5,9 bilhões, com queda de 6,1%), os óleos brutos de petróleo (US\$ 4,5 bilhões, queda de 0,2%), o minério de ferro (US\$ 2,07 bilhões, recuo de 14,3%) e o café não torrado (US\$ 1,25 bilhão, com alta de 36,3%). Outro setor que se destacou, foram as exportações de carne bovina (US\$ 1,21 bilhão, +29,1%) e de óleos combustíveis (US\$ 1,15 bilhão, -11,5%).

Foto: Aspek Brasil



Relatórios do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e do Bradesco indicam que a tarifa média simples cobrada pelo Brasil dos EUA foi de 11,3% em 2022, contra 2,2% dos EUA sobre o Brasil

Além disso, os principais destinos dos produtos brasileiros em abril foram China e Macau (US\$ 9 bilhões, queda de 6,7%), União Europeia (US\$ 4,76 bilhões, -1,3%), Estados Unidos (US\$ 3,56 bilhões, +21,9%), Mercosul (US\$ 2,2 bilhões, +33,1%, sendo US\$ 1,6 bilhão para a Argentina, +45,2%) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (US\$ 2,15 bilhões, -12,5%).

No acumulado de janeiro a abril, o superávit da balança comercial soma US\$ 17,73 bilhões, uma queda de 34,2% em relação ao mesmo período de 2024 (US\$ 26,92 bilhões). As exportações no quadri- mestre chegaram a US\$ 107,3 bilhões (alta de 1,8%), enquanto as importações foram de US\$ 89,58 bilhões (alta de 13,2%).

Outro ponto que chamou a atenção nesse processo foi a balança comercial que foi influenciada por políticas internas voltadas ao combate à inflação. O governo zerou impostos de importação sobre alimentos como azeite, carnes, milho e café. Os efeitos foram variados: enquanto as importações de bolachas (88%), milho (131%) e cafés torrados (35%) subiram, as de azeite (-4,6%) e carnes (-33%) caíram.

O tarifaço norte-americano tem provocado reações internacionais. A China segue sendo alvo principal das sanções e já retaliou com tarifas que chegam a 125%. O Brasil monitora de perto o desenrolar das medidas, especialmente diante da possibilidade de um novo pacote de tarifas, prometido por Trump

para o dia 2 de abril — apelidado por ele de “Liberation Day” (Dia da Libertação). A proposta seria elevar as tarifas de importação de acordo com o nível de taxaço enfrentado por produtos americanos em mercados estrangeiros, o que pode incluir o Brasil.

Relatórios do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e do Bradesco indicam que a tarifa média simples cobrada pelo Brasil dos EUA foi de 11,3% em 2022, contra 2,2% dos EUA sobre o Brasil. Mesmo considerando médias ponderadas, o Brasil continua aplicando tributos mais altos (4,7% contra 1,3%).

O governo brasileiro argumenta, no entanto, que 74% das exportações americanas entram no Brasil sem tributação, e que a tarifa efetiva média brasileira é de apenas 2,73%. Entre os itens isentos de impostos estão petróleo, aeronaves e gás natural.

Caso os EUA elevem suas tarifas para o patamar médio brasileiro, um estudo do Bradesco estima uma queda de até US\$ 2 bilhões nas exportações brasileiras — cerca de 5% do total —, impacto que poderia ser parcialmente compensado por uma desvalorização cambial de 1,5%.

O setor de etanol está no centro da tensão comercial entre os países. Os EUA cobram tarifa de apenas 2,5% sobre o etanol brasileiro, enquanto o Brasil mantém alíquota de 18% sobre o combustível ameri-

cano. O presidente dos Estados Unidos, já sinalizou que poderá incluir o etanol em um próximo pacote de tarifas.

Em resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a postura americana durante visita ao Japão e afirmou que o Brasil pretende recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). Caso não haja avanços na OMC, o governo brasileiro promete adotar medidas de reciprocidade. Um projeto de lei que amplia os instrumentos de retaliação comercial já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e pode ser votado em caráter de urgência pela Câmara dos Deputados.

Diante de toda essa guerra, a escalada tarifária é acompanhada de perto pelo mercado financeiro. Enquanto o Banco Central brasileiro elevou a taxa Selic para 14,75% ao ano — o maior nível desde 2006 —, o Federal Reserve optou por manter os juros dos EUA entre 4,25% e 4,50%. Essa incerteza quanto ao futuro das relações comerciais entre Brasil e EUA também afeta o humor dos investidores, com impactos sobre o câmbio e a inflação.

A balança comercial brasileira, embora ainda superavitária, enfrenta agora um cenário internacional mais volátil, com riscos reais de uma guerra comercial que pode atingir setores estratégicos da economia. O país precisa equilibrar diplomacia e medidas internas para preservar sua competitividade e estabilidade macroeconômica nos próximos meses.

## HISTÓRIA

# Mato Grosso celebra 277 anos como “exemplo de Brasil que dá certo”, afirma governador Mauro Mendes

**Governador destaca investimentos recordes, liderança em produção agrícola e avanços em saúde, educação e infraestrutura**

Lucas Leite | Da Redação

Em vídeo comemorativo publicado nas redes sociais, o governador Mauro Mendes exaltou os avanços recentes de Mato Grosso e parabenizou os 277 anos do estado, destacando investimentos públicos expressivos, crescimento econômico sustentável e protagonismo nacional em diversas áreas. “Parabéns Mato Grosso e todos os mato-grossenses pelos 277 anos desse estado, que é um exemplo de Brasil que dá certo”, declarou o governador.

Segundo Mendes, o desenvolvimento acelerado e a estabilidade econômica colocam Mato Grosso em posição de destaque no cenário nacional e até internacional. “Hoje sim podemos dizer que Mato Grosso faz investimentos à altura do povo mato-grossense. Somos o estado que mais investe no cidadão e que melhor cuida do dinheiro público”, afirmou, citando dados do Centro de Liderança Pública (CLP),

Foto: Secom/MT



Segundo Mendes, o desenvolvimento acelerado e a estabilidade econômica colocam Mato Grosso em posição de destaque no cenário nacional e até internacional

que ranqueia o estado como líder em eficiência no uso dos recursos públicos.

O governador ressaltou ainda que o estado registra atualmente o menor índice de desemprego do país, além de liderar a produção naci-

onal de soja, milho, algodão, carne, etanol de milho e alimentos em geral. “Só quem é mato-grossense pode dizer que mora no estado do Brasil que mais preserva o meio ambiente, com 60% do território ainda intacto”, pontuou.

Mauro Mendes também elencou avanços nas áreas de infraestrutura, segurança, educação e saúde. Entre os destaques, estão os mais de 5 mil quilômetros de asfalto novo entregues, a construção de seis grandes hospitais simultaneamente e o salto da 22ª para a 8ª posição no ranking nacional da educação. “Nosso estado viabilizou a 1ª Ferrovia Estadual do Brasil e tem tolerância zero com bandido. Aqui, ninguém invade terra impunemente”, reforçou.

Com uma política de gestão fiscal rigorosa e enxuta, Mendes afirma que Mato Grosso aplica cerca de 20% de sua arrecadação em investimentos diretos, além de ter reduzido ou eliminado mais de 140 tributos estaduais. O resultado, segundo ele, é a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento da imagem do estado como destino atrativo para novos negócios.

“A cada ano, Mato Grosso atrai mais empresas e pessoas em busca de oportunidades. Isso é fruto de um trabalho sério, comprometido e, principalmente, do esforço de cada cidadão que constrói diariamente este estado gigante”, concluiu.

A data comemorativa reforça o protagonismo de Mato Grosso no Brasil atual — não apenas como potência agropecuária, mas também como referência em gestão pública e desenvolvimento regional.

Gostaria que eu criasse uma arte visual com os principais dados citados?

SITUAÇÃO PREOCUPANTE

# Em meio a mortes e ao avanço da dengue, esgoto a céu aberto agrava riscos à saúde da população cuiabana

Em frente ao Edifício Maison Eldorado, a situação precária do bueiro expõe moradores e agrava o surto de dengue, chikungunya e zika em Mato Grosso

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A capital mato-grossense vive um cenário alarmante de saúde pública. Em meio à crescente alta nos casos de arboviroses em todo o estado, moradores do bairro Eldorado, onde está localizado o Edifício Maison Eldorado, denunciam a existência de um esgoto a céu aberto, que agrava ainda mais a proliferação do mosquito Aedes aegypti.

O problema se concentra em um bueiro danificado, localizado em uma área residencial de grande circulação, que há semanas expõe água contaminada e exala mau cheiro. O local tornou-se um ponto crítico de acúmulo de água parada, criando um ambiente ideal para o desenvolvimento do mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya.

A situação reflete uma crise sanitária mais ampla. De acordo com dados atualizados do Painel de Arboviroses da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Mato Grosso já registrou 3.515 casos confirmados de dengue em 2025. Em Cuiabá, uma morte foi confirmada e outras seis estão sob investigação. O número total de casos prováveis no estado já ultrapassa 7 mil.

A preocupação não se limita à dengue. As infecções por chikungunya e zika também apresentam crescimento preocupante. Três mortes por chikungunya foram confirmadas nos municípios de Cuiabá, Jaciara e Dom Aquino. Já os casos de zika somam 513 confirmações neste ano, superando os registros de 2024. Entre os infectados, 25 são gestantes, o que aumenta consideravelmente o alerta das autoridades de saúde.



O problema se concentra em um bueiro danificado, localizado em uma área residencial de grande circulação, que há semanas expõe água contaminada e exala mau cheiro

Em 2025, as internações por dengue grave chegaram a 300, e 55 óbitos foram contabilizados entre casos confirmados, suspeitos ou em investigação.

O problema tende a se agravar no período chuvoso, quando buracos nas vias e o sistema de drenagem deficiente contribuem ainda mais para o acúmulo de água e a reprodução do mosquito. Bairros como Jardim Vitória, Florianópolis, Silvanópolis e a região central da capital enfrentam situações semelhantes, com ruas esburacadas e falta de sanea-

mento básico, elementos que potencializam a propagação das doenças.

“Cuiabá está doente. Falta infraestrutura, falta ação e sobra mosquito”, desabafa um morador do Eldorado. Diante da escada de casos e da negligência com a infraestrutura urbana, os moradores cobram medidas imediatas do poder público. “É uma questão de saúde pública. O mínimo que esperamos é que o básico funcione”, conclui a denúncia.

OUTRO LADO:

#### Nota à Imprensa

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Obras Públicas, informa que, somente no mês de abril, foram desobstruídas 385 bocas de lobo e recuperadas outras 25 unidades.

Além disso, cerca de 1.205 metros de rede de drenagem foram revitalizados, com intervenções realizadas em mais de 17 pontos críticos previamente mapeados.

A situação no bairro Jardim Eldorado foi protocolada e receberá equipes de fiscalização para averiguar a melhor solução para o problema.

ORGULHO DO NOSSO

MATO GROSSO

QUE É TOLERÂNCIA ZERO

CONTRA FACÇÕES

CRIMINOSAS.

Governo de Mato Grosso

mt.gov.br

secom\_mt govmatogrosso